

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
GOVERNO LULA, AS MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O BNDES: alguns apontamentos			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Henrique S. Tavares	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este texto procura discutir, problematizar e entender a transferência do fundo público para o capital através do BNDES no setor de ensino superior privado e, por conseguinte, compreender a própria ação do Estado no atual processo de mercantilização, que defendemos ser de novo tipo. Para cumprir tal objetivo, empreendemos uma análise introdutória sobre o bloco de poder gerido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003, com a eleição de Lula à presidência da República, e depois com Dilma Roussef. Em seguida discutimos os principais aspectos do que defendemos ser um novo cenário no mercado de ensino superior. Para concluir apresentamos dados sobre o papel que tem cumprido o BNDES neste cenário de financeirização do ensino superior.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Ensino Superior; mercantilização; setor financeiro			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This text discusses, discuss and understand the transfer of public funds to the capital through the BNDES in the private higher education sector and therefore understand the state action itself in the current commodification process, we stand to be of a new type. To meet this goal, we undertook an introductory analysis of the power block managed by the Workers Party (PT) since 2003, with Lula's election to the presidency of the Republic, and then with Dilma Roussef. Then we discuss the main aspects of what we stand to be a new scenario in the higher education market. In conclusion we present data on the role that has fulfilled the BNDES this financialization scenario of higher education.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Higher Education; commodification; financial sector			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

Governo Lula e a reorganização

Pretendemos situar o marco atual do ensino superior privado no escopo da tese que orienta a presente discussão: a hipótese de que está em curso uma mercantilização de novo tipo, com contorno distinto daquele verificado nos anos 1990 e início dos anos 2000. Esta proposição exige a consideração dos nexos entre financeirização e Estado no Brasil. As contribuições acerca da relação entre neoliberalismo e educação são importantes, mas o exame das atuais políticas educacionais não pode estar apartado das discussões relacionadas com as metamorfoses recentes da economia brasileira na qual sobressai o setor financeiro, com novas determinações demandadas pela atuação dos fundos de investimentos.

Optamos metodologicamente por entender a atual configuração do ensino superior tomando como ponto de referência a recomposição do bloco de poder que sucede FHC e reorganiza o capital, que no Brasil não pode deixar de considerar a liderança do setor financeiro, por ser a fração burguesa dominante mais influente e poderosa na configuração do capitalismo atualmente.

Assim, o ponto de partida desta recomposição do bloco de poder tem como ponto fundamental a assunção de Luís Inácio da Silva, o Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência da República (2003-2010). Não que no período de FHC o setor financeiro fosse um setor secundário; ao contrário, no plano econômico indubitavelmente já era dominante, mas a sua força hegemônica ainda não estava completa, pois um largo setor da sociedade, sob influência do PT, ainda impunha resistências localizadas e, a despeito das aproximações via fundos de pensão, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), se afirmavam como oposição ao bloco de poder operado por FHC. Com o governo Lula – e com o seu “transformismo”¹ – um novo ciclo é inaugurado. As suas especificidades também são importantes para análise das políticas econômicas e das políticas educacionais.

¹ O conceito de transformismo foi utilizado com base na obra de Antonio Gramsci (2002), quando o relaciona com o problema da “revolução passiva”, ou seja, das determinações para entradas não clássicas no capitalismo. No caso do Risorgimento o autor identifica um tipo de transformismo inicial, molecular, quando dirigentes dos partidos de oposição ingressam na classe política da ordem. Isto, é o transformismo molecular ocorre quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os intelectuais orgânicos das classes subalternas, o que implica sua anulação como sujeito político revolucionário. Existe também o chamado transformismo ampliado, que se articula com a revolução passiva e que redefine a práxis política das forças subalternas. Trata-se de um conceito polêmico, mas que utilizaremos como ponto de referência. Partimos desta contribuição teórica para analisar a trajetória do PT no que se refere ao seu transformismo, à sua “adaptação à ordem”.

É importante recuperar a contribuição de Boron (2010), no qual o capitalismo e suas experiências têm particularidades na América Latina e que os seus principais países e economias (Brasil, Argentina, México e Chile) continuam lutando contra os velhos problemas peculiares ao “subdesenvolvimento”, como a pobreza, “exclusão social”, desigualdades e que são as eternas promessas de desenvolvimento, dos quais o Brasil e Argentina seriam as “terras do futuro”, do qual haveria um porvir luminoso, daí a ideia do mito do desenvolvimento do capitalismo no continente². Desta forma, o debate sobre educação necessita ter como contexto as particularidades do capitalismo na região e suas vicissitudes, como a não universalização do ensino, a formação da mão-de-obra, entre outros aspectos a considerar.

Contudo, Leher (2005) entende que as veias latino-americanas pulsam, compreendendo que a “América Latina tem sido a região de maior vitalidade – e alcance – das lutas anticapitalistas e o lugar em que os intelectuais-militantes estão mais ativos” (p. 11). Para o autor, as políticas de ajuste estrutural dos organismos internacionais como Banco Mundial e FMI produziram mais pobreza e elegeram o continente o campeão em termos de desigualdades sociais. É este o pano de fundo que encontramos para tomar a reflexão sobre a experiência do PT e da (falsa) alternativa ao neoliberalismo apresentada.

Na análise da recomposição do bloco de poder dominante, encontramos significativas contribuições nas discussões de Castelo (2012), ao sustentar que o projeto do neoliberalismo, na sua forma mais ortodoxa, começou a apresentar sinais de esgotamento, resultado dos danos sociais provocados pelo ajuste e políticas de reestruturação e abertura econômica nos anos 1990 que, em países como Brasil, México e Argentina, foi sentida com o desmonte dos parques produtivos e desnacionalização da economia. O consequente desempenho macroeconômico foi contundente e pífio: baixo crescimento econômico, desequilíbrio nas balanças de pagamento com graves crises cambiais, déficits públicos e aumento da dívida. Como Soares (2001) defende, estávamos chegando próximo do desastre social, com o desemprego em escala estrutural, desmonte dos já debilitados sistemas de proteção social, entre outros.

Segundo Castelo (2012) os sinais de esgotamento do projeto neoliberal na sua forma pura ensejou um movimento de reorganização do bloco de poder dominante, no qual as frações da burguesia readéquam seu projeto, passando a incorporar a chamada “questão social”, a partir do conceito que o autor utiliza de social-liberalismo, o que explica a assunção de governos que nas

² Outros autores como Celso Furtado (2004) e Cardoso (1972) também oferecem contribuições valiosíssimas para entendermos a lógica ou a ideologia do desenvolvimento.

eleições pactuaram compromissos anti-neoliberais, apesar de não haver indicação de rupturas significativas nas análises que venhamos desenvolver.

Assim, o compromisso histórico que o PT³, na figura de Lula, assumiu foi de romper com a lógica neoliberal e construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Este foi o sentimento que levou mais de cinquenta milhões de brasileiros a depositarem esperanças num projeto de futuro renovado depois da longa noite de pesadelo neoliberal que produziu na Brasil e na América Latina um modelo perverso de exclusão social, pobreza e violência. A vitória de Lula pareceu a muitos como um momento de ruptura com o modelo neoliberal que promoveu o desemprego, possibilitando a reversão, ainda que parcial, do ciclo favorável ao capital desde o Consenso de Washington.

Paulani (2008) destaca que sob o argumento de uma “herança maldita” e o iminente colapso do país, o governo Lula faria no início o “jogo dos mercados” para, posteriormente, recuperada a confiança e a credibilidade, colocar em prática a sua “verdadeira política”. Trata-se de uma lógica que presidiu a adaptação do projeto do PT à lógica do mercado financeiro, que já vinha expresso desde a Carta do Povo Brasileiro⁴.

A análise do PT à frente do governo brasileiro e gerindo um bloco de poder, que se aproxima de 16 anos ininterruptos, nos faz concluir que o Estado maior do capital coadunou as principais frações burguesas, com a hegemonia dos setores financeiros, como fração mais poderosa da burguesia atualmente. Resulta disto um bloco de poder comprometido com a garantia de lucros imensos no setor financeiro, pactuado com os anseios dos setores do agronegócio, mineral e serviços, entre os quais os das grandes empreiteiras, bem como energia, educação, saúde, previdência etc.

O apoio do governo federal às frações da burguesia foi inicialmente justificado, no leve pico de crescimento econômico, pela chamada tese “neodesenvolvimentista”, que requeria a associação do Estado com o grande capital monopolista, cuja proposta seria de inaugurar outro ciclo histórico que agregaria crescimento econômico, com geração de emprego e inclusão social,

³ Este compromisso histórico apresenta-se aqui sob uma evidente contradição. Por um lado o PT havia se construído como a principal organização de resistência às reformas neoliberais no octênio FHC, de outro já estava em gestação desde os anos 1990 o transformismo, conceito gramsciano, que marcou a conquista de prefeituras importantes e especialmente a *Carta ao Povo Brasileiro*, paradigmática da contradição que não se equaciona entre a ruptura e a continuidade do neoliberalismo nos governos do PT.

⁴ A *Carta do Povo Brasileiro* foi um documento datado de Julho de 2002, período de véspera da eleição presidencial que levou Lula à presidência da República, que destacava compromissos em caso de vitória eleitoral, dos quais é importante destacar a governabilidade via coalização, pagamento da dívida pública, respeito aos contratos e obrigações do país, controle inflacionário, superávit primário, austeridade e equilíbrio fiscal, o que significa, na prática, a continuidade da política macroeconômica paradigmática do governo FHC e dificuldade de reformas estruturais em áreas-chaves como educação, previdência, saúde, entre outros.

aderindo, mas também ressignificando, a tese neoliberal do triunfo do livre-mercado, com a entrada do Estado em associação com o capital, que seria a inauguração também um controverso pós-neoliberalismo. É este o contexto que leva autores como Pochmann (2010) a afirmar que o governo do PT estaria inaugurando uma nova etapa de desenvolvimento, um social-desenvolvimentismo, criando um novo padrão de acumulação que romperia com a financeirização e estaria criando um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Alves (2012), diferentemente, considera que o PT inaugura uma nova temporalidade histórica nos marcos do projeto do capital, com um reordenamento do bloco de poder dominante, no qual se inicia um projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo, denominado neodesenvolvimentismo⁵, com um novo bloco histórico de hegemonia burguesa, mantendo as diretrizes gerais da macroeconomia (superávit primário, metas inflacionárias e cambio flutuante).

Este novo ciclo histórico que vem sendo denominado neodesenvolvimentista envolve a constituição de um Estado capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com capacidade competitiva no mercado mundial, um Estado que investe na construção de grandes obras de infraestrutura capaz de atender as demandas do grande capital, cuja maior expressão foi o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o que indicaria a reorganização do capitalismo com um apelo social, conjugando paralelamente a isto um vasto programa de transferência de renda para os mais pobres, o que também acumula as orientações e preocupações dos organismos internacionais com a questão do alívio da pobreza.

Este neodesenvolvimentismo estaria engendrado também a partir da oferta de crédito, via bancos, criando novos nichos de mercado para o setor financeiro, que incentivaria o consumo, fornecendo bases para a miragem de constituição de uma nova classe média.

Sampaio Jr (2012) salienta que o neodesenvolvimentismo está ligado ao segundo mandato do governo Lula, no qual o crescimento econômico, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a ligeira melhoria na distribuição de renda, o consumo das famílias pelo acesso ao crédito e através do endividamento, tal qual a aparente distância do país da crise econômica mundial, constituiriam as bases da tese que defendia que o Brasil estaria vivendo um novo ciclo de

⁵ Sampaio Jr. (2012) considera que o desenvolvimentismo foi a resposta do pensamento crítico sobre a alternativa das economias latino-americanas no contexto da dependência e do subdesenvolvimento, propondo o desenvolvimento das forças produtivas associados à solução dos grandes problemas da população. Apoiar-se na ruptura com a noção de subdesenvolvimento, numa crítica ao imperialismo com um forte apelo nacional, tornando as frações da burguesia nacional protagonistas de um projeto alternativo, propondo mudanças estruturais que equacionassem o problema do subdesenvolvimento. A gênese e declínio desta utopia está relacionado a industrialização e a substituição de importações, encerrando-se com o ciclo de golpes militares que instauraram ditaduras do grande capital que determinaram a configuração da revolução burguesa no continente como contrarrevoluções permanentes, consolidando o capitalismo dependente e tornando desigual a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

desenvolvimento, que conjugaria a retomada/manutenção de alguns elementos basilares dos princípios neoliberais⁶, ao mesmo tempo em que se retomam princípios que eram fundamentais ao desenvolvimentismo⁷ num esforço que se tratava de viabilizar uma “terceira via” travestida de uma face humana com ajuste fiscal, sob os imperativos do capital financeiro. Para Filgueiras et all (2010) é preciso levar em consideração na euforia do que se apresenta como neodesenvolvimentismo que “não houve alteração na correlação de forças entre o capital e o trabalho. Por isso não se verificou qualquer ruptura no processo de precarização” (p. 53).

Outro aspecto importante da reorganização do bloco de poder no Brasil tem a ver com o papel do Estado na economia. O governo Lula promoveu um retorno do Estado à centralidade da macroeconomia, embora este nunca estivesse ausente, inaugurando outra temporalidade histórica no marco do capital. Segundo Filgueiras et all (2010), daí decorre o papel que o Estado cumpriu para fortalecer e impulsionar o processo de concentração e centralização de capitais com os grandes grupos econômicos nacionais, que se fortalecem e passam atuar internacionalmente.

No que se refere à livre movimentação de capitais identificamos medidas que facilitaram a liberalização e a livre-circulação de capitais. Exemplo contundente disto é a Medida Provisória 281/2006, que sanciona concessão de incentivos fiscais para investimentos estrangeiros na compra/aquisição de títulos da dívida pública brasileira; ou a decisão do Banco Central, de 2005, que extinguiu a Conta de Não-Residentes (CC5), que regulamenta e facilita a liberalização da remessa de divisas para o exterior de pessoas físicas ou jurídicas, acentuando a desintermediação; a unificação dos mercados cambiais, entre outros. Na prática criam-se condições para operações de investimentos estrangeiros comandados pelo capital portador de juros para acumulação de capital no Brasil, que vem a ser operado pelos fundos de investimentos que atuam também no segmento de ensino superior brasileiro.

Sustentamos que o processo de privatizações e mercantilizações que demarca o período neoliberal só pode ser entendido atualmente a partir das complexas formas de transferência do fundo público do Estado para o capital/setor privado, num apoio que varia conforme as diversas frações e setores do capital. Esta relação é mais explícita em alguns casos no setor produtivo, especialmente os grandes conglomerados da mineração, siderurgia, *commodities*, construção civil, entre outros, que dependem do financiamento estatal. No setor de serviços, especialmente no caso

⁶ Entre os elementos basilares podemos destacar a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a competitividade internacional e a eliminação de barreiras ao capital internacional.

⁷ Entre os quais podemos destacar o compromisso com o crescimento, industrialização, papel regulador do Estado, entre outros.

da educação, depende-se em grande parte da atuação salva-guardista do Estado que socorre o setor privado a partir do fundo público, com o FIES e Prouni.

Outro indicativo que confirma a hipótese de financeirização e do capitalismo dependente refere-se à atuação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na reorganização do capitalismo brasileiro, aprofundando o padrão de acumulação que é coerente com a mundialização do capital⁸. Se o capitalismo brasileiro sempre dependeu fortemente do Estado, estamos agora diante de outra inflexão. Sendo coerente com a hipótese de que a internacionalização da economia se aprofunda no governo Lula através das liberalizações, o papel do BNDES também se reorienta, com o Banco financiando empresas de capital estrangeiro e colocando novamente o fundo público a serviço do grande capital (TAUTZ; SISTON; PINTO, BADIN, 2010) ⁹.

2. A educação e o novo marco de mercantilização no ensino superior privado

Segundo Leher (2010), a análise de um governo torna-se tarefa complicada e, por questões metodológicas, deve evitar comparações estruturadas no binômio avanço *versus* retrocesso, porque trata-se de uma linha avaliativa que geralmente acaba aceitando a lógica que presidiu a política anterior. Isto quer dizer que a adequação e “transformismo” do PT à ordem significou, ao mesmo tempo, o abandono de um projeto popular e universal e a adoção do mercado como a sociabilidade possível. Para o autor, de fato o governo FHC foi absolutamente contra a educação pública, tendo êxito na implementação de classe pró-sistêmica na política educacional. Diante disso, comparações são na verdade um método atrofiado que servem para obscurecer um horizonte mais amplo sob o argumento dos “avanços democráticos”.

Precisamos lembrar que importantes políticas banco-mundialistas e da pedagogia do capital não se efetivaram plenamente no governo FHC, sobretudo devido à resistência de setores organizados da sociedade que se opunham ao modelo neoliberal. Entretanto, muitas dessas políticas foram realizadas e implementadas no governo do PT, no processo de reorganização do bloco de poder e coadunação de frações da burguesia ao governo, pavimentando contra-reformas em diversos setores, implementando o ajuste e alinhamento ao projeto hegemônico do capital.

⁸ Segundo os autores citados posteriormente, o investimento do BNDES, como banco que se propõe a financiar o desenvolvimento, já supera o do BID e Banco Mundial na América Latina.

⁹ Os autores, sobre o privilégio do financiamento do BNDES às empresas nacionais, também chamam atenção para o fato de que não há garantias do caráter nacional das empresas brasileiras, argumentando que as mesmas podem ser controladas por empresas de capital estrangeiro, que inicialmente tornam-se acionistas minoritárias e, diante da rentabilidade, operam o controle majoritário das empresas. Exemplo disso é o controle belga sobre a Ambev, a compra da Santa Elisa pelo capital francês ou a Cosan que foi controlada pela Shell.

Assim, a contrarreforma da educação no governo Lula é conduzida de forma fragmentada e é estruturada tendo o mercado como sociabilidade única¹⁰.

É preciso pontuar que atualmente a principal intervenção das frações burguesas dominantes na educação básica se dá por meio do *Movimento Todos pela Educação* (MTPE). Para Leher (2010), se trata de definir que o interlocutor do governo em matéria educacional é o empresariado, demarcando uma inflexão importantíssima em termos de progressiva expansão da mercantilização da educação, com expressão em todos os níveis de ensino, visto que naturaliza a pertinência e a legitimidade do setor mercantil nos assuntos educacionais.

Evangelista e Leher (2012) entendem que os grupos econômicos estão preocupados em fazer uma intervenção de classe nas políticas educacionais através de uma coalização de grupos econômicos organizados no MTPE, dirigido pelo setor financeiro, liderado pelo Itaú, articulado com o setor de *commodities*, no caso o siderúrgico, além de outras frações do capital como a indústria. O MTPE entendeu que existiam iniciativas isoladas de projetos educacionais e era preciso unificá-los como uma intervenção do setor dominante. Seu elo com o Estado é orgânico, está expresso nas políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação, como foi o caso, por exemplo, do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Isto coloca a nu a relação entre a sociedade civil (empresarial) e o Estado, confirmando a tese de Gramsci no qual o Estado-maior intelectual do bloco histórico não necessariamente se organiza num partido formal (sigla), podendo atuar de diversas formas para cumprir seu objetivo.

Acerca do ensino superior, nosso objeto de discussão aqui, organizaremos a discussão deste tópico a partir de problematizações relativas às políticas que transferiram fundo público, especialmente através de políticas como o Prouni e FIES, e posteriormente sobre a atuação dos fundos de investimentos no ensino superior privado, apresentando a hipótese, na conclusão, de estar em curso um processo de mercantilização de novo tipo.

2.1 Prouni e FIES como contraface da mercantilização do ensino superior

Não podemos, pelos limites deste trabalho, proceder uma discussão pormenorizada sobre o conjunto das políticas educacionais relativas ao ensino superior. No caso do ensino superior privado optamos por destacar as principais medidas em termos de política que facilitam a expansão deste segmento. Optamos por esta discussão por entender que o segmento privado tem sua fatia mais visível de financiamento nas mensalidades cobradas, aprofundando a dimensão

¹⁰ Exemplo disto encontramos na Lei de Inovação Tecnológica (lei 10973/2004), no Decreto 5205/2004 sobre as fundações privadas de apoio à pesquisa nas universidades (

mercantil na educação. Contudo, existem outras formas de financiamento como bolsas, subsídios, créditos, financiamentos, entre outros que compõem uma parte substancial do orçamento no setor privado.

Assim, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2004 como um programa de concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes em instituições privadas de ensino superior, através de isenções tributárias, justificado pelo discurso de inclusão social de segmentos menos favorecidos, mas que se relaciona com os processos de reforma do Estado (no contexto das atividades não-exclusivas do aparelho estatal), que em momentos o minimiza e em outros ressignifica o caráter do público em termos de políticas, que propunha a expansão e democratização do acesso ao ensino superior de segmentos que antes não tinham acesso, especialmente os oriundos de escolas públicas e que, na prática, reafirmou a política de expansão do ensino superior que era gestada desde o governo FHC¹¹. É desta forma que no governo Lula a opção política foi a continuidade e aprofundamento da expansão do ensino superior tendo como eixo o setor privado, especialmente aquele de natureza empresarial, através das isenções tributárias.

No caso do Prouni esta medida corrobora a tese que sustentamos ao relacionar-se com a transferência do fundo público para o segmento privado da pior maneira possível: as isenções tributárias. Segundo Leher (2010), este modelo é o mecanismo mais opaco ao controle social, ao mesmo tempo em que aprofunda a dimensão mercantil da educação ao permitir que instituições com fins lucrativos, portanto empresariais, tenham acesso aos recursos públicos. O autor indica que aproximadamente 75% das IES privadas seriam particulares, ou seja, empresariais-mercantis. O argumento principal dirigido pelo governo para justificar o Prouni seria justamente a “ociosidade de vagas” no segmento privado. Segundo o autor, as vagas não seriam efetivamente ociosas, pois seriam parte de vagas hiperdimensionadas que foram proclamadas em editais. A hipótese da ociosidade aparenta não resistir aos números: o numerário da ociosidade aumentou com o Prouni, de 2003 até 2006, de 42% para 50%. Parte disto se explica, segundo Leher (2010) pelo fato das vagas abertas no segmento privado serem maiores que o próprio número de concluintes do ensino médio.

Acerca do acesso às isenções fiscais do Prouni, as IES deveriam oferecer 25% de bolsas integrais, segundo o projeto original apresentado na forma da MP 213/2014. Entretanto, na versão final do projeto, através da Lei 11.006/2005, aprovada depois de negociações e modificações, o

¹¹ Conforme pontuamos, o governo FHC, por múltiplas determinações, não concluiu as contrarreformas para liberalizar o mercado, privatizar áreas sociais estratégicas e mercantilizar segmentos inteiros da sociedade.

número de bolsas integrais diminuiu para 4,25% e todas as IES teriam acesso às isenções tributárias, independente de quantas bolsas integrais ofertassem. Para Leher (2010), tratou-se de uma medida compensadora para as IES privadas, uma vez que teriam acesso integral às isenções. Por outro lado, é preciso destacar o perfil das instituições, notadamente não universitárias. Acerca do argumento da democratização do acesso ao ensino superior, o autor argumenta sob dois pontos de vistas. Sobre o argumento da democratização, o autor questiona os altos índices de evasão. Em relação à oferta do produto-mercadoria educação superior, que, mediante os cursos aligeirados e sequenciais com peso significativo, seria mais correto o uso de “educação terciária”.

A “educação terciária” já era um anseio do Banco Mundial desde 2003, na esteira do debate sobre a sociedade do conhecimento, associando o ensino ao “objetivo da redução da pobreza, através do aumento da produtividade dos países, capacitando força de trabalho local, gerando novos conhecimentos” (CISLAGHI, 2010, p. 268). Barreto e Leher (2008) afirmam que a partir do momento em que a educação torna-se terciária, seguindo a lógica de mercadoria (*commodity*), opera-se uma reengenharia por organismos internacionais, como a UNESCO e a OMC, com vistas a facilitar o comércio deste serviço, seja através das tecnologias da informação ou da oferta de condições para eliminação de obstáculos que pudessem impedir a oferta em países periféricos de educação terciária.

Novamente podemos articular a preocupação com a chamada “questão social”, que passa a incorporar sob sua agenda política alguns pontos de políticas sociais focalizadas. Desta forma, o Prouni não está apartado destas injunções, principalmente quando se considera que é construído sob o argumento de acesso ao ensino superior por segmentos que antes não vislumbravam no horizonte.

Ora, se FHC havia aberto uma estrada para a mercantilização da educação, Lula tratou de pavimentar e oferecer um caminho mais seguro e estável ao movimento do capital na educação. Se havia o financiamento estudantil na forma creditícia, Lula constrói um mecanismo de transferência do fundo público para o capital de forma ímpar.

Cislaghi (2012) esclarece acerca do impacto da renúncia fiscal. No ano de 2007 a dívida das instituições privadas era de aproximadamente R\$ 12 bilhões. Fora exigido que as instituições que aderissem ao programa deveriam apresentar certidões negativas de débito dos tributos federais do ano anterior. O quadro de dívidas do setor foi tal que o governo sucessivamente, ano a ano, estendeu o prazo de comprovação de adimplência, o que confirma o caráter particularista do Estado. No ano de 2007, por exemplo, através da Lei 11.552, o governo possibilita que as IES

parcelassem em até 120 vezes suas dívidas, sem a necessidade de apresentar garantias de pagamento.

Por outro lado, precisamos colocar em relevo nesta análise o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que foi criado no governo FHC para substituir o antigo crédito educativo (CREDUC)¹². Trata-se de um programa de financiamento destinado ao estudante de graduação em instituições não-gratuitas, que poderia inicialmente financiar até 70% do valor da mensalidade. Contudo, desde o governo Lula o FIES tem sido utilizado como forma de complementar as bolsas parciais do Prouni. Trata-se de uma medida que já era recorrente, mas desarticulada. Em 2013, a Portaria Normativa n. 23, editada em Novembro, regulamentou a lei do FIES para estudantes que possuem bolsas de 50% do Prouni.

Quando comparamos números, com as preocupações metodológica supracitadas, concluímos inicialmente um processo de mercantilização distinto do anterior, pois no período FHC o FIES possuía aproximadamente 200 mil contratos e, a partir de 2010 passa para 1,16 milhões de contratos, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passando a ser o operador do FIES. Esta mudança só foi exequível porque as bases do FIES foram reestruturadas devido ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), operado pelo FNDE, que dispensou exigência de fiador para o acesso ao financiamento. Segundo Portaria Normativa n. 3 de 2014, a partir de Fevereiro todas as mantenedoras teriam que aderir ao FGEDUC, com o Estado se comprometendo a cobrir riscos. A redução da taxa de juros, neste caso, foi contundente: de 6.5% para 3.4% ao ano, tal qual o prolongamento do crédito e a definição de parcelas fixas. A única exigência para renovação do contrato, que vem através da portaria n. 20/2013, seria o pagamento pelo estudante das parcelas trimestrais de juros. Ocorre que o Estado brasileiro utiliza o fundo público para cobrir os juros diminuídos, novamente num processo de transferência do fundo público para o capital, no caso os bancos.

Sobre o FIES e Prouni novamente precisamos tirar conclusões importantes. A primeira delas refere-se aquilo que Leher (2010) diz estar em incoerência, numa antípoda, com os valores históricos da esquerda socialista, que acaba sustentando a educação como um serviço ou mercadoria, objeto de especulação e lucratividade e que acabam legitimando a opção política do governo na expansão do ensino superior através do mercado educacional.

A segunda reflexão tem relação com a financeirização e monetarização das políticas sociais. Segundo Cislighi (2012), a particularidade do período atual envolve a continuidade da

¹² Criado através da MP 1827/1999 até transformar-se na Lei 10.260/2001.

política privatizante e o aprofundamento da privatização do fundo público, especialmente com a transferência de fundo público para o setor privado através do Prouni, não somente remunerando os empresários do setor privado, mas também conformando a transferência do fundo público para o setor financeiro, através de bancos como a Caixa Econômica que monetarizam a política educacional.

No caso do ensino superior privado percebemos uma nova dinâmica que vem sendo operada e construída através da reorientação das políticas sociais, que não rompem com o modelo neoliberal, pelo contrário, o aprofundam, mas estabelece um corte social, colocando em relevo novamente a preocupação com a “questão social”. Trata-se novamente de medidas que colocam o fundo público a serviço da valorização do capital, especialmente na esfera financeira.

É este o contexto que redefine a mercantilização do ensino superior, aprofundando a noção de educação como serviço e operada não mais por frações da burguesia local, mas por corporações que concentram e centralizam capitais, como os fundos de investimentos, mas que só podem ser viabilizadas através da participação do Estado. Acreditamos que tem havido uma disputa pelo fundo público pelo capital para buscar sua reprodução através do Estado por meio de subsídios e pela participação no mercado financeiro. Nesta disputa o capital tem se apropriado cada vez mais do fundo.

Granemann (2012) entende que as políticas sociais no tempo presente tem se constituído na mediação central de transferência da riqueza social para o capital. Segundo a autora, esta riqueza social encontra-se sob a forma do fundo público e é operada pelo Estado capitalista¹³, que assume a responsabilidade da transferência, operando através de empréstimos com subsídios, contratos de gestão e parcerias público-privadas, privatizações, organizações subsidiárias e outros, que são, na verdade, “os espaços para inversão, diversificação e expansão dos negócios por meio de novas mercadorias ou mercados” (p. 230). É através da compreensão deste referencial que o desenvolvimento de políticas educacionais que expandem o segmento privado com o aporte do

¹³ Tivemos a oportunidade de escrever sobre o Estado em vários momentos do texto, porém, julgamos conveniente a partir desta etapa do trabalho indicar uma classificação teórica sobre o Estado, a partir dos desafios que o presente trabalho terá a partir dos próximos capítulos. Desta forma não podemos perder a concepção presente na teoria de Marx sobre o Estado como a instituição chave que assegura e conserva a dominação e a sociedade de classes. Optamos, porém, em reconhecer a validade da leitura presente na Ideologia Alemã, entretanto entendemos que parece indicar uma visão simplificada do Estado, na concepção difundida no senso comum de um comitê de gestão dos negócios da burguesia. A leitura acerca do Estado já estava presente na crítica que Marx faz a Hegel desde a crítica construída contra a compreensão idealista do Estado como o defensor do interesse geral. Discordando de Hegel, Marx entende o Estado como o defensor dos interesses da propriedade e de uma classe particular. Certamente outras produções de Marx ajudam a esclarecer o conceito de Estado, que não poderemos, infelizmente, explicitar e aprofundar aqui.

Estado, através do FIES e Prouni, que entendemos estar em curso uma mercantilização de novo tipo no segmento privado.

2.3 Sobre os fundos de investimentos no ensino superior

No Brasil, a partir de meados dos anos 2000, e mais particularmente 2008, a entrada do capital financeiro no setor de serviços educacionais tornou-se considerável, especialmente na educação superior. As ações do setor financeiro tem imprimido um sentido à (nova?!) lógica privatista que está ocorrendo na educação superior brasileira, engendrando uma mercantilização diferente do que acontecera nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

Partimos da defesa da hipótese de que a mercantilização do ensino superior brasileira assume outra natureza ou confere novas determinações a partir de meados dos anos 2000, tal qual a nova dinâmica que opera na economia brasileira, em sintonia com o movimento do capital através dos fundos de investimentos (*private equity*), que passam a controlar uma parcela crescente das instituições de ensino superior.

Este processo está ligado à formação dos monopólios e controle do mercado educacional por um pequeno número de IES, que foram adquiridas pelos fundos de investimentos de capital estrangeiro em sua maioria, nesta nova etapa/fase do ensino superior brasileiro.

Chaves (2010) indica que o processo de expansão da educação superior no Brasil, com fortes traços mercantis, a partir de 2007 inaugurou uma tendência de oligopolização no segmento privado, no qual se constata um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm formado oligopólios educacionais. Desta forma observa-se a tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter controle de parte cada vez maior do “livre – mercado”¹⁴ da educação superior.

Leher (2010) também parte de um ponto de vista semelhante, ao entender que a dinâmica do setor privado de ensino superior começa a apresentar sinais de mudança de natureza, afirmando que a expansão da educação superior privada se torna diferenciado a partir de 2005, mas, é em 2008 que assume outros contornos, na medida em que passa a ocorrer um maior controle de IES por fundos de investimentos (*private equity*), com a abertura do capital das IES, reconfigurando-se o processo de mercantilização da educação superior em uma mercantilização de novo tipo, agora

¹⁴ Durante a pesquisa formulamos a hipótese que utilizamos no decorrer deste texto de que o ensino superior brasileiro, pela dinâmica que vem apresentando, não pode mais ser classificado dentro da categoria de quase-mercado educacional, conforme alguns autores utilizavam. Acreditamos que as mudanças recentes têm sido engendradas mediante a conformação de um livre-mercado de ensino superior, uma categoria que precisa ser trabalhada e melhor discutida.

sob o domínio do capital rentista, operado por frações da burguesia que procuram novos nichos no setor de serviços, com mudanças de inédita velocidade e intensidade, na medida em que alteram a natureza da mercantilização em curso e aprofundam a proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior.

As mudanças na natureza da mercantilização em curso demonstram uma ruptura substantiva em relação ao período anterior. Se até meados dos anos 2000, quando as IES, como instituições privado-mercantis, eram geridas por entidades mantedoras que se tratavam de organizações empresariais de natureza familiar, atualmente um número significativo e em crescente expansão passaram ao controle do setor financeiro, através dos fundos de investimentos.

A atuação salva-guardista do Estado brasileiro em relação aos problemas do setor privado, com o aumento do gasto público com o financiamento deste segmento esteve expresso em políticas como o FIES e Prouni, pode explicar o interesse do setor financeiro a partir de meados dos anos 2000 pelo controle do mercado de ensino superior. Vale lembrar que o Estado, que nunca esteve apartado das relações econômicas, “ressurge” ou se apresenta como o principal fiador que permite estabilidade e garantia de lucros e valorização do capital para o setor financeiro que se movimenta na educação, através da transferência de fundo público para o setor privado.

As aquisições e fusões de IES com os conglomerados educacionais, controlados pelos fundos de investimentos, podem indicar uma nova dinâmica de mercantilização no ensino superior, com a concentração e centralização de capitais¹⁵. Segundo dados de pesquisa conduzida pela KPMG (2009), em referência ao ano de 2008, das 663 fusões e aquisições, o setor educacional foi responsável por aproximadamente 8% do total e ficando em terceiro lugar no ranking setorial das transações, à frente de setores como a mineração, ramo imobiliário, seguros, atrás somente do setor de tecnologia da informação e alimentos, bebidas e fumo.

Defendemos a hipótese de que a mercantilização e exploração da educação como um serviço tem sofrido uma inflexão considerável, pois já não está no mesmo patamar do que fora no quadro inicial das contrarreformas, operadas tanto nos governos de FHC quanto por Lula da Silva. Desta forma, defendemos que estamos numa outra fase, no caso a segunda, da mercantilização, em comparação com os anos 1990, referência pelo desmonte do precário Estado social e em cujo período estruturam-se o núcleo das políticas neoliberais. Entendemos ser segunda porque

¹⁵ Acerca disso, Marx entende, na leitura presente no Livro III d'O Capital, apesar de anteriormente fazer esta discussão no Livro I, que o capital tem dois aspectos: o primeiro em relação ao processo de trabalho e ao comando dos trabalhadores e a segunda em relação ao capitalista, como uma parte da riqueza concentrada. Estes dois aspectos a rigor estão ligados ao processo crescente de acumulação que produz a concentração e a concentração que ocorre no processo de concorrência e crédito, do qual erige a centralização, sendo ambos fenômenos ligados a intensificação da concorrência que conduz ao oligopólio e ao monopólio.

consideramos metodologicamente o atual quadro da mercantilização a partir dos anos 2000 como distinto daquele que fora verificado no período do neoliberalismo duro¹⁶. É preciso realçar o papel dos grandes grupos econômicos através dos fundos de investimentos e as ações do Estado que têm fortalecido a financeirização da educação superior.

Sustentamos que estamos num outro patamar da mercantilização na medida em observamos a tendência de controle de IES por grandes grupos econômicos, principalmente aqueles ligados aos fundos de investimentos, acentuando o processo de financeirização na educação. O pontapé inicial ocorre pela abertura de capitais na Bolsa de Valores, que permitiu as IES adquirirem um montante de recursos que possibilitasse sua expansão e controle do segmento de ensino superior, através da compra/incorporação/fusão com outras IES menores inicialmente. As primeiras instituições a negociar seus capitais foram Anhanguera, Estácio, Kroton e Sistema Educacional Brasileiro (SEB), em 2007.

É conveniente lembrar que um fundo de investimento é uma forma de aplicação financeira, formada por vários investidores, cujo objetivo de rentabilidade futura, atuando a partir do capital portador de juros, na esfera que Marx denominará de capital fictício. Trata-se da compreensão de uma forma capital que tem se tornado hegemônica a partir da posição que a fração ligada ao capital portador de juros tem assumido, indicando a concentração e centralização de capitais que são oriundos da esfera produtiva e colocados em processo de valorização fictícia em outras áreas, no caso a educação. Dito de outra maneira, podemos novamente voltar ao Livro III d'O Capital, no contexto da mobilidade internacional de capitais e da desregulamentação para sua movimentação, quando o capital portador de juros se especializa em emprestar dinheiro para ser usado como capital. Entretanto, com a perda do monopólio da função crédito dos bancos, os fundos de investimentos adentram esta arena, investindo quantidades significativas de capitais que se valorizam em outras áreas procurando liquidez e rentabilidade. As ações negociadas na bolsa de valores, como a dívida pública ou as participações em empresas, são exemplos concretos de capital fictício.

Defendemos a hipótese da financeirização do ensino superior na medida em que quatro dos cinco maiores grupos educacionais são controlados por fundos de investimentos ligados ao setor financeiro – no caso a Estácio, Unip (Universidade Paulista), Anhanguera, Kroton e Laureate.

¹⁶ Utilizamos a expressão neoliberalismo duro para fazer referência ao início do ciclo de contrarreformas empreendidos na entrada, tardia, do Brasil na pragmática neoliberal em escala mundial.

Entretanto, considerando a hipótese de mercantilização de novo tipo, podemos considerar que a principal referência, quase um divisor de águas, foi a abertura dos capitais na Bolsa de Valores pela Estácio e Anhanguera, a partir de 2007.

Percebe-se que as novas determinações do mercado educacional têm imputado novas táticas que confirmam a educação como fronteira de acumulação do capital, perdendo cada vez mais a mediação que poderia ocorrer no setor privado, importando mais o fluxo de caixa, a rentabilidade e reforçando os papéis que os grupos econômicos, através dos fundos, vêm desempenhando.

Aqui é importante demarcar uma inflexão no processo de mercantilização em curso. Se por um lado havia a tendência inicial de incorporação e fusão de IES pequenas e médias pelos grupos educacionais consolidados, podemos situar o ano de 2013 como paradigmático, na medida em que demarca uma mudança na correlação de forças na perspectiva de disputa pelo mercado educacional. Do momento em que as grandes corporações já haviam se consolidado, ocorre outro momento que é a fusão de grandes grupos, que, mesmo na dependência de autorização, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), já há mudanças de inédita velocidade que determina níveis jamais comparados de concentração e centralização de capitais. Concorre para isto o papel do Estado sob o argumento da coerência com o novo bloco de poder. O Estado tem operado ações que fortalecem em grande medida o setor financeiro. Desde o Prouni que aumentou a margem de lucro das instituições empresariais, convertendo o gasto com impostos e contribuições em isenções. Ao mesmo tempo o FIES, ao converter o fundo público, com juro subsidiado e em níveis maiores, também colabora para o processo de mercantilização em curso.

O BNDES e a reorganização do ensino superior brasileiro

Sustentamos que a partir da segunda metade da última década o quadro do ensino superior altera-se, com mudanças que alteram a própria natureza da mercantilização, sendo contemporâneo de mudanças na utilização do fundo público que tem sido utilizado cada vez mais a serviço da valorização do capital. Contribui com esta análise teórica o acordo ou protocolo de cooperação criado em 2009, com prazo de validade de cinco anos, para implantação *Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Ensino Superior – Programa IES*, que destinaria um orçamento de mais de R\$ 1 bilhão para suas finalidades.

É importante destacar que o acesso ao crédito foi intermediado por agente financeiro credenciado, que encaminhará o projeto para posterior análise do BNDES.

Segundo o MEC (2009) as instituições teriam de cumprir certos requisitos acadêmicos para atender exigências de qualidade, cujos parâmetros são as avaliações conduzidas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), deixando aberta a possibilidade do MEC avaliar o plano acadêmico apresentado pela IES. O MEC deveria estabelecer posteriormente metas de desempenho acadêmico.

A análise que o BNDES faz do ensino superior também é interessante, sob um duplo aspecto: o primeiro é o entendimento de uma nova etapa da mercantilização, principalmente da reestruturação financeira de uma quantidade considerável de IES. Dito resulta a conclusão, pelo banco, de que estamos num outro processo de mercantilização. O segundo é o fundo público a serviço da remuneração do capital, o que confirma o papel que o BNDES tem desempenhado na reorganização dos interesses imperialistas do capital no Brasil.

Segundo informações recolhidas a partir de 2009 no site do Fórum de Ensino Superior de São Paulo, página da entidade empresarial do setor, o plano apresentado pelo MEC contemplaria um pedido feito pelo setor empresarial de uma linha de financiamento do banco. Em artigo escrito no início de 2009, Hermes Ferreira Figueiredo, do Grupo Cruzeiro do Sul e presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), reclamou uma linha de financiamento para o setor privado pelo BNDES, encaminhando projeto para o BNDES e MEC, argumentando que o setor era responsável por 1% do PIB nacional e por gerar, à época, quase 400 mil empregos diretos.

Aqui interessa perceber as disputas nas frações dominantes. O segmento empresarial, expoente de uma burguesia nacional, já não estava no mesmo patamar que os anos 1990 e início de 2000, por isso o mesmo setor destaca que 82% das IES no Brasil são de pequeno e médio porte, que teriam capacidade para matricular no máximo dois mil alunos e que estas dependiam de um programa de financiamento próprio. É possível perceber, neste caso, disputas dentro das frações burguesas, no qual a fração burguesa nacional estaria em luta contra a tendência de monopolização imposta pelos fundos de investimentos, pedindo socorro ao Estado, sustentando a necessidade de crédito para as pequenas e médias empresas educacionais.

Neste caso cabe analisar o papel que cumpriu o BNDES neste processo de reorganização do capitalismo e de mudanças na forma da mercantilização no ensino superior privado. O banco, ao lançar o *Programa de Melhoria das Instituições de Ensino Superior* tinha o objetivo declarado de apoiar a melhoria da qualidade das IES, oferecendo financiamento para apoio de bens de capital, inovação e exportação com reduzidas taxas de juros. Os clientes seriam IES dos setores público e privado, sem distinção de organizações empresariais – mercantis ou sem fins lucrativos.

A análise do documento deixa claro que o Banco entende, reconhece e está ciente de que estamos em outro curso ou momento da mercantilização do ensino superior ao estabelecer como primeiro pré-requisito de acesso ao crédito, para instituições que estão passando por reestruturação financeira (no caso adquirido, incorporado, etc.), um plano de “sustentabilidade financeira” e um “diagnóstico da atual situação da IES e planos de ações, contendo a previsão de indicadores de resultados operacionais e financeiros que reflitam a evolução da melhoria pretendida” (BNDES, 2014).

Como forma de garantia financeira o Banco também exige que as IES que o pretendam tenham adesões ao FIES, FGEDUC e ao Proni, o que denota que os clientes preferenciais devem ser aquelas ligadas ao setor privado. O prazo de financiamento também é discriminado, confirmando a hipótese que defendemos: instituições que passem por reestruturação financeira teriam até seis anos para o pagamento, incluído um prazo de carência de um ano. No caso das demais IES o prazo pode ser de até dez anos, com dois de carência.

A taxa de juros cobrada envolve o custo financeiro, a remuneração básica do BNDES, a taxa de intermediação financeira e a remuneração da instituição financeira credenciada. Observamos a típica tendência de remuneração do capital portador de juros no processo de financeirização da economia. Parte da taxa de juro serve para remunerar outra instituição financeira menor, que participa da mediação, confirmando a complexificação dos nexos entre financeiras, bancos, fundos de investimentos. No item da remuneração básica do BNDES quando trata dos itens financiáveis a taxa de capital de giro para instituições em reestruturação financeira alcança 4% ao ano, enquanto os demais itens são financiados numa taxa de 0.9% ao ano.

Entretanto, no caso das IES que passam por reestruturação financeira o BNDES pode ter participação máxima de até 100% das dívidas com fornecedores e bancos (quando procuramos o item das garantias, encontramos a parca definição de negociação entre a instituição financeira credenciada e o cliente), sendo permitida ainda a utilização do BNDES FGI – Fundo Garantidor de Investimento, um fundo complementar para garantia das empresas, tendo por objetivo aumentar as chances de aprovação do pedido de crédito.

Contudo, posteriormente encontramos reclamação do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo (SEMESP), do mesmo setor que solicitou a ajuda do Estado, denunciando que, a partir dos critérios estabelecidos pelo MEC, aproximadamente 76% das IES não poderia solicitar financiamento do BNDES, pois resultaria em restrição de instituições que não tivessem 70% dos cursos iguais ou superiores a 3 no Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) ou no Conceito Preliminar do Curso (CPC). O setor

reclamava que as IES que estavam com notas inferiores ao mínimo exigido pelo parâmetro acadêmico precisavam do recurso para reestruturar-se. O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular protocolaram no MEC pedidos para revisão do processo avaliativo.

A atuação do BNDES de financiamento no segmento privado de ensino superior não é uma novidade absoluta. Pelo contrário, o Banco já havia feito outra linha de financiamento ao segmento no período de 1997 a 2007. Porém, não a destacamos anteriormente porque a tendência de financeirização é mais recente e porque o quadro do ensino superior alterou-se, sendo consoante com a hipótese de financeirização do ensino superior. Outrora o BNDES apoiou principalmente ampliação das instalações físicas, segundo documento de avaliação próprio, associando, a partir disso, a expansão do número de matrículas no ensino superior.

Assim, podemos concluir que a atuação do BNDES no processo de reorganização do ensino superior brasileiro não é tímida. Ao contrário, seu papel tem sido importante para acentuar a concentração e centralização de capitais no segmento.

Conclusão

As recentes mudanças no ensino superior tem indicado um processo de financeirização do ensino superior, ao transferir o controle de um setor significativo do segmento da fração burguesa nacional para o setor financeiro, controlado pelos fundos de investimentos, alimentando a face internacional, rentista e especulativa dos chamados “serviços educacionais”.

Contudo, esta trama envolve, ante a sua complexidade, um papel decisivo do Estado, seja através do fundo público, com políticas como FIES e Prouni, que por muito tempo garantiram a saúde financeira destas instituições, mas mais recentemente mediante o apoio do próprio BNDES, que tem transferido recursos que alteram a correlação de forças no campo da centralização e da concentração de capitais.

As tratativas do setor financeiro no segmento privado não podem ser entendidas na forma como queriam os apologetas do neoliberalismo, com a mão invisível do Estado. Defendemos que a mercantilização em curso só foi possível mediante o papel que o Estado desempenha. A reorganização do bloco de poder com a ideia de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior pela via privada pavimentou esse caminho. O quantum de dinheiro destinado ao Prouni, mas especialmente ao FIES, permitiram a garantia que o capital precisava para a saúde financeira das instituições que foram adquiridas e incorporadas.

Por outro lado, sabemos que o bloco de poder dominante não é homogêneo. Diante da reclamação de uma linha de crédito bancária pelo Estado para socorrer os IES médias e pequenas,

a resposta do Estado foi o aporte de recursos pelo BNDES. Entretanto, pelos critérios colocados, o Estado ofereceria recurso apenas às grandes instituições, controladas no caso pelo capital estrangeiro, o que reforça a natureza do capitalismo dependente no Brasil.

Essas medidas, seja o Prouni, FIES ou a atuação do BNDES indicam que o fundo público no Brasil tem sido utilizado para a reprodução ampliada do capital e colocam novos desafios para o pensamento crítico.

Referências

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>

BORON, Atílio. **O socialismo no século XXI: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ.** Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012.

CHAVES, Vera. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. *Todos pela Educação* e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, n. 15, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Arioaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme. (orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010).** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo; BRUNO, Miguel; CARCANHOLO, Marcelo Dias; MINEIRO, Adhemar; GONÇALVES, Reinaldo; CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves; LESSA, Carlos; PADULA, Raphael; SANTOS, Gustavo; MAC DOWELL, Fernando; TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto Lopes; BADIN, Luciana; OLIVEIRA, Arioaldo; TONELLI, Flávio; QUEIROZ, Antônio Carlos; BAHIA, Ligia; LEHER, Roberto; DELGADO, Guilherme.

(orgs.) **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e Estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.